

## **A EXPANSÃO PORTUÁRIA E A PERDA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DOS PESCADORES ARTESANAIS NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE – RS.**

**Krack, Akauã Centeno; Walter, Tatiana  
Walter, Tatiana  
akauackrack@yahoo.com.br**

**Evento: XVII Encontro de Pós-Graduação  
Área do conhecimento: Sociologia Rural**

**Palavras-chave:** Pesca artesanal; territórios tradicionais; expansão portuária.

### **1 INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa tem como hipótese de que os portos organizados em seu processo de expansão têm gerado perda de territórios pesqueiros, tanto daqueles situados em terra (local utilizado para as fainas da pesca, como confecção e reparo de petrechos, de acampamento, beneficiamento do pescado e realização de festas) quanto do território aquático (áreas de captura, de instalação de andainas). Tal situação ameaça a manutenção dos pescadores artesanais e sua reprodução social, gerando um conflito de gestão na zona costeira. Para a pesquisa, optou-se por analisar uma comunidade lindeira ao Porto – a Vila Mangueira, e outra, com características rurais e distante do mesmo, a Ilha da Torotama. Tal proposição volta-se a compreender os elementos que consubstanciam na perda de territórios por parte dos pescadores artesanais. Para Walter & Anello (2012), os pescadores artesanais são os mais vulneráveis aos impactos de empreendimentos costeiros de grande porte, por sofrerem os encadeamentos de seus impactos em terra e mar.

### **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A pesca artesanal é uma atividade caracterizada pela junção de pescadores (parceria) ou produtores autônomos em vínculo familiar. As embarcações são próprias, de pequeno ou médio porte, e utilizam tecnologia de captura não mecanizada. Essa prática é realizada com base em saberes tradicionais que são passados de geração em geração, revelando um profundo contato com a natureza (Diegues, 1995). O litoral brasileiro, bem como o sul do Rio Grande do Sul, possui um grande desafio na gestão de suas áreas, e a ampla gama de atividades que se encontram nas zonas costeiras disputando um território em comum, em que a pesca artesanal se constitui uma das mais tradicionais e remonta a ocupação do território.

A apropriação dos pescadores artesanais, ao seu território, se apoia em formas complexas e elaboradas da divisão de trabalho, sendo o mar um patrimônio universal da humanidade e bem comum, onde o grupo social o percebe e o partilha, construindo territórios marítimos, demarcando assim sua territorialidade. Território representa para Abramovay (2003) *“uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”*. E gradativamente os territórios pesqueiros são ameaçados por processos de ocupação oriundos de outras atividades econômicas.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)**

A pesquisa tem como metodologia os procedimentos destinados à Pesquisa Social Qualitativa, com foco na metodologia de História Oral, por ela reconstruir referências concretas aos acontecimentos relacionados à experiência dos pescadores artesanais mais antigos das comunidades de pesca. Para as análises, será realizada a triangulação de métodos quantitativos e qualitativos, de forma a agregar informações sobre o processo de expansão da cidade de Rio Grande, e verificar os atores envolvidos na expansão da zona portuária.

### **4 RESULTADOS e DISCUSSÃO**

O projeto se encontra em sua fase inicial de levantamento de dados bibliográfico, necessitando da coleta em campo e análise. São escassas referências que tratem a nível das relações sociais, das comunidades dos pescadores artesanais na ilha da Torotama e Vila Mangueira.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender como o processo de expansão portuária ameaça a existência dos pescadores artesanais ao apropriar-se de seus territórios. Entendendo o contexto da apropriação dos territórios, presente no processo de desenvolvimento do município de Rio Grande, oriundo da expansão portuária sobre os territórios da pesca artesanal, vislumbramos compreender os efeitos de políticas centralizadas no desenvolvimento econômico, que por vezes são promotoras de injustiças sociais e ambientais.

### **REFERÊNCIAS**

DIEGUES, A. C S.; *Povos e Mares: leitura em sócio antropologia marítima*. São Paulo, NUPAUB-USP. 269 p. 1995

ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WALTER, T.; ANELLO, L.F.S. *A Educação Ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o licenciamento ambiental de petróleo e gás tendo a pesca artesanal como contexto*. Rio Grande: FURG. Ambiente & Educação. Vol. 17 (1) 73-98, 2012.